

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **150** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se quisermos compreender o simbolismo da água, não podemos pensá-la como H_2O , mas como elemento fundamental indissociável de suas formas concretas: os 4 mares, os oceanos, os rios, os lagos, os regatos, os riachos, as 7 torrentes, as chuvas, as fontes, as nascentes, as praias, as quedas d'água, as cascatas, o gelo, o orvalho, onde se podem 10 distinguir as águas claras, as águas correntes, as águas primaveris, as águas profundas, as águas dormentes, as águas mortas, as águas compostas, as águas doces, as águas 15 violentas, as lágrimas. Cada uma das culturas humanas reserva um papel privilegiado para a água, em cada uma das suas formas, em cada um de seus modos de ser. Percorrer, 19 mesmo que rapidamente, a riqueza desse material simbólico é impossível aqui. Digamos, muito esquematicamente, que os estudos da dimensão simbólica da água têm ressaltado 24 basicamente três aspectos: a água como fonte de vida, a água como meio de purificação e a água como centro de regeneração.

José Carlos Bruni. *A água e a vida*. In: *Tempo social*, v. 5, nov./1994, p. 59 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A tese defendida pela argumentação do texto é que compreender o sentido simbólico da água vai além de sua descrição química: é considerar suas formas concretas.
- 2 O pronome em “pensá-la” (l.2) e a oração iniciada por “que” (l.14) desempenham a mesma função sintática.
- 3 As duas seqüências de enumerações, uma começando por “os mares” (l.3-4) e a outra, por “as águas claras” (l.7), têm o efeito estilístico de reforçar a idéia expressa por “riqueza desse material simbólico” (l.13).
- 4 Na linha 6, o pronome relativo “onde” tem como antecedente imediato “o orvalho” e corresponde semanticamente a **em que**.
- 5 Na linha 14, o verbo **ser** está empregado no singular para, em atendimento às regras gramaticais, concordar com o núcleo de seu sujeito, “riqueza” (l.13).

Que parte do planeta precisa ser protegida?

1 Grande parte da conservação de ecossistemas e de biodiversidade mundial, atualmente, se faz dentro dos limites de 44 mil parques e reservas, que somam 13,6 milhões de 4 quilômetros quadrados, o equivalente aos territórios da China e da Índia, juntos. Se isso é suficiente para garantir a 7 sobrevivência das espécies e os serviços ambientais essenciais ao planeta, é uma das questões a serem debatidas em Durban, na África do Sul, onde tem início o 10 V Congresso Mundial de Parques, com a participação de mais de 2.500 pessoas, entre delegações governamentais e não-governamentais de 180 países.

De acordo com os estudos preparados para o 13 congresso, apesar de a área nominalmente protegida ser grande, chegando a 12% da superfície terrestre, ainda há muitos parques e reservas de papel, com graves problemas de 16 implantação. Além disso, a distribuição das unidades de conservação é desequilibrada em relação às concentrações de biodiversidade e há lacunas importantes a serem preenchidas.

Internet: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 8/9/2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 6 Infere-se dos dados do texto que as delegações não-governamentais são mais numerosas porque têm colaborado mais na preservação da biodiversidade que as governamentais.
- 7 Na linha 2, o emprego do pronome “se” antecedendo o verbo é permitido pelas regras da norma culta por desempenhar a função de sujeito.
- 8 Como ocorre no texto após uma vírgula, o adjetivo “juntos” (l.5) admite a dupla interpretação: (a) referir-se a “44 mil parques e reservas” (l.3), ou (b) referir-se a “territórios da China e da Índia” (l.4-5); se retirada a vírgula que o antecede, sua referência será apenas a “territórios da China e da Índia” (l.4-5).
- 9 O emprego do plural em “a serem debatidas” (l.7-8) é gramaticalmente opcional e tem como efeito de sentido enfatizar “questões” (l.7).
- 10 A expressão iniciada pelo gerúndio “chegando” (l.14) fornece uma comprovação para o argumento de “ser grande” (l.13-14).
- 11 A expressão “de papel” (l.15) é uma metonímia que abrevia a idéia de **plantação de árvores que servirão de matéria-prima para papel**.

1 Na década de 80, agricultores gaúchos invadiram o
 2 município de Chapada Gaúcha, em Minas Gerais, e
 3 derrubaram extensas áreas de mata virgem para implantar
 4 lavouras de soja. Os prejuízos ao ambiente foram tantos que,
 5 depois de desmatarem 30 mil hectares do cerrado, quase
 6 10% dos 312,3 mil hectares do município, os agricultores —
 7 assustados com a erosão e com o esgotamento das nascentes
 8 de água — resolveram se aliar aos ambientalistas.

9 Há 18 meses buscam com técnicos da Fundação
 10 Pró-Natureza (Funatura) meios para proteger as fontes de
 11 águas naturais. Quatro produtores vão transformar
 12 3.252 hectares de suas fazendas em reservas particulares de
 13 patrimônio natural (RPPN). “As RPPN serão corredores
 14 ecológicos que vão unir as áreas de cerrado e o Parque
 15 Nacional Grande Sertão Veredas, contribuindo para
 16 preservar a cultura local”, explica o coordenador do projeto.

17 Corredores ecológicos são áreas que servem como
 18 meio de comunicação selvagem entre unidades de
 19 conservação. Eles são usados como vias de trânsito pelos
 20 animais e de reprodução pelos vegetais.

Cristina Ávila. *Reservas verdes*. In: *Correio
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536
 537
 538
 539
 540
 541
 542
 543
 544
 545
 546
 547
 548
 549
 550
 551
 552
 553
 554
 555
 556
 557
 558
 559
 5510
 5511
 5512
 5513
 5514
 5515
 5516
 5517
 5518
 5519
 5520
 5521
 5522
 5523
 5524
 5525
 5526
 5527
 5528
 5529
 5530
 5531
 5532
 5533
 5534
 5535
 5536
 5537
 5538
 5539
 5540
 5541
 5542
 5543
 5544
 5545
 5546
 5547
 5548
 5549
 55410
 55411
 55412
 55413
 55414
 55415
 55416
 55417
 55418
 55419
 55420
 55421
 55422
 55423
 55424
 55425
 55426
 55427
 55428
 55429
 55430
 55431
 55432
 55433
 55434
 55435
 55436
 55437
 55438
 55439
 55440
 55441
 55442
 55443
 55444
 55445
 55446
 55447
 55448
 55449
 55450
 55451
 55452
 55453
 55454
 55455
 55456
 55457
 55458
 55459
 55460
 55461
 55462
 55463
 55464
 55465
 55466
 55467
 55468
 55469
 55470
 55471
 55472
 55473
 55474
 55475
 55476
 55477
 55478
 55479
 55480
 55481
 55482
 55483
 55484
 55485
 55486
 55487
 55488
 55489
 55490
 55491
 55492
 55493
 55494
 55495
 55496
 55497
 55498
 55499
 554100
 554101
 554102
 554103
 554104
 554105
 554106
 554107
 554108
 554109
 554110
 554111
 554112
 554113
 554114
 554115
 554116
 554117
 554118
 554119
 554120
 554121
 554122
 554123
 554124
 554125
 554126
 554127
 554128
 554129
 554130
 554131
 554132
 554133
 554134
 554135
 554136
 554137
 554138
 554139
 554140
 554141
 554142
 554143
 554144
 554145
 554146
 554147
 554148
 554149
 554150
 554151
 554152
 554153
 554154
 554155
 554156
 554157
 554158
 554159
 554160
 554161
 554162
 554163
 554164
 554165
 554166
 554167
 554168
 554169
 554170
 554171
 554172
 554173
 554174
 554175
 554176
 554177
 554178
 554179
 554180
 554181
 554182
 554183
 554184
 554185
 554186
 554187
 554188
 554189
 554190
 554191
 554192
 554193
 554194
 554195
 554196
 554197
 554198
 554199
 554200
 554201
 554202
 554203
 554204
 554205
 554206
 554207
 554208
 554209
 554210
 554211
 554212
 554213
 554214
 554215
 554216
 554217
 554218
 554219
 554220
 554221
 554222
 554223
 554224
 554225
 554226
 554227
 554228
 554229
 554230
 554231
 554232
 554233
 554234
 554235
 554236
 554237
 554238
 554239
 554240
 554241
 554242
 554243
 554244
 554245
 554246
 554247
 554248
 554249
 554250
 554251
 554252
 554253
 554254
 554255
 554256
 554257
 554258
 554259
 554260
 554261
 554262
 554263
 554264
 554265
 554266
 554267
 554268
 554269
 554270
 554271
 554272
 554273
 554274
 554275
 554276
 554277
 554278
 554279
 554280
 554281
 554282
 554283
 554284
 554285
 554286
 554287
 554288
 554289
 554290
 554291
 554292
 554293
 554294
 554295
 554296
 554297
 554298
 554299
 554300
 554301
 554302
 554303
 554304
 554305
 554306
 554307
 554308
 554309
 554310
 554311
 554312
 554313
 554314
 554315
 554316
 554317
 554318
 554319
 554320
 554321
 554322
 554323
 554324
 554325
 554326
 554327
 554328
 554329
 554330
 554331
 554332
 554333
 554334
 554335
 554336
 554337
 554338
 554339
 554340
 554341
 554342
 554343
 554344
 554345
 554346
 554347
 554348
 554349
 554350
 554351
 554352
 554353
 554354
 554355
 554356
 554357
 554358
 554359
 554360
 554361
 554362
 554363
 554364
 554365
 554366
 554367
 554368
 554369
 554370
 554371
 554372
 554373
 554374
 554375
 554376
 554377
 554378
 554379
 554380
 554381
 554382
 554383
 554384
 554385
 554386
 554387
 554388
 554389
 554390
 554391
 554392
 554393
 554394
 554395
 554396
 554397
 554398
 554399
 554400
 554401
 554402
 554403
 554404
 554405
 554406
 554407
 554408
 554409
 554410
 554411
 554412
 554413
 554414
 554415
 554416
 554417
 554418
 554419
 554420
 554421
 554422
 554423
 554424
 554425
 554426
 554427
 554428
 554429
 554430
 554431
 554432
 554433
 554434
 554435
 554436
 554437
 554438
 554439
 554440
 554441
 554442
 554443
 554444
 554445
 554446
 554447
 554448
 554449
 554450
 554451
 554452
 554453
 554454
 554455
 554456
 554457
 554458
 554459
 554460
 554461
 554462
 554463
 554464
 554465
 554466
 554467
 554468
 554469
 554470
 554471
 554472
 554473
 554474
 554475
 554476
 554477
 554478
 554479
 554480
 554481
 554482
 554483
 554484
 554485
 554486
 554487
 554488
 554489
 554490
 554491
 554492
 554493
 554494
 554495
 554496
 554497
 554498
 554499
 554500
 554501
 554502
 554503
 554504
 554505
 554506
 554507
 554508
 554509
 554510
 554511
 554512
 554513
 554514
 554515
 554516
 554517
 554518
 554519
 554520
 554521
 554522
 554523
 554524
 554525
 554526
 554527
 554528
 554529
 554530
 554531
 554532
 554533
 554534
 554535
 554536
 554537
 554538
 554539
 554540
 554541
 554542
 554543
 554544
 554545
 554546
 554547
 554548
 554549
 554550
 554551
 554552
 554553
 554554
 554555
 554556
 554557
 554558
 554559
 554560
 554561
 554562
 554563
 554564
 554565
 554566
 554567
 554568
 554569
 554570
 554571
 554572
 554573
 554574
 554575
 554576
 554577
 554578
 554579
 554580
 554581
 554582
 554583
 554584
 554585
 554586
 554587
 554588
 554589
 554590
 554591
 554592
 554593
 554594
 554595
 554596
 554597
 554598
 554599
 554600
 554601
 554602
 554603
 554604
 554605
 554606
 554607
 554608
 554609
 554610
 554611
 554612
 554613
 554614
 554615
 554616
 554617
 554618
 554619
 554620
 554621
 554622
 554623
 554624
 554625
 554626
 554627
 554628
 554629
 554630
 554631
 554632
 554633
 554634
 554635
 554636
 554637
 554638
 554639
 554640
 554641
 554642
 554643
 554644
 554645
 554646
 554647
 554648
 554649
 554650
 554651
 554652
 554653
 554654
 554655
 554656
 554657
 554658
 554659
 554660
 554661
 554662
 554663
 554664
 554665
 554666
 554667
 554668
 554669
 554670
 554671
 554672
 554673
 554674
 554675
 554676*

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens subseqüentes.

- 21 O balanço financeiro demonstra a totalidade de recebimentos e de pagamentos, orçamentários e extra-orçamentários; contém, ainda, os saldos financeiros vindos do exercício anterior e os que passarão para o próximo exercício.
- 22 Restos a pagar ou resíduos passivos constituem uma rubrica com dotação própria constante do orçamento corrente, sendo a mesma subdividida em restos a pagar processados e restos a pagar não-processados.
- 23 A contabilidade pública admite a reavaliação de bens móveis e imóveis.
- 24 Cabe aos tribunais de contas alertar os poderes ou os órgãos interessados quando constatarem que o montante de despesas com pessoal extrapolou o limite prudencial, ou seja, 90% do limite estabelecido para esse gasto.
- 25 Empresa estatal dependente é qualquer empresa que receba recursos públicos repassados pelo Estado a qualquer título e que, portanto, dependa desses recursos para suas atividades empresariais.

É inexigível licitação por órgão ou entidade da administração pública para

- 26 aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca e devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação, a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- 27 contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com vistas à prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- 28 celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

O projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007 estabelece que

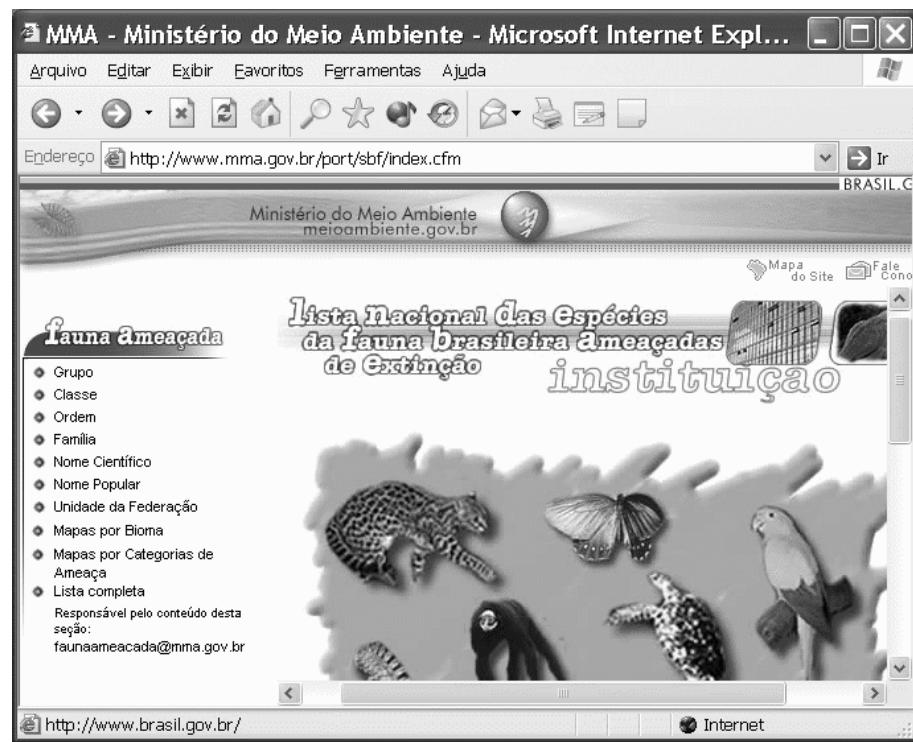
- 29 as codificações de programas e ações do plano devem ser observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que as modifiquem.
- 30 a exclusão ou alteração de programas constantes da Lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007 ou a inclusão de novo programa devem ser propostas pelo Poder Executivo exclusivamente nos projetos de lei orçamentária anual.

A respeito do direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 31 Os ministros de Estado têm competência para propor ao Congresso Nacional projetos de lei que versem sobre matérias no âmbito de atuação de seu ministério.
- 32 A Constituição da República garante aos litigantes, tanto em processos judiciais quanto em processos administrativos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 33 Se uma organização não-governamental solicitar ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) informações de interesse público que possam evidenciar a ineficiência de certos programas implementados por esse ministério, o MMA terá direito de não prestar à referida organização as informações solicitadas, caso essas informações possam ser utilizadas para instruir processo judicial que tenha como objetivo impugnar atos praticados por órgãos do próprio ministério.
- 34 No âmbito da Constituição da República, para que uma propriedade rural cumpra a sua função social, é necessário que os recursos naturais nela disponíveis sejam utilizados adequadamente.
- 35 De acordo com a Constituição da República, a reparação dos danos ambientais obsta a responsabilização penal do causador do prejuízo.

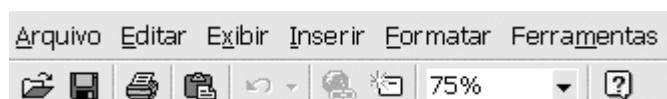
Julgue os itens que se seguem, a respeito do IBAMA — autarquia vinculada ao MMA.

- 36 O IBAMA é uma entidade da administração federal indireta.
- 37 O presidente do IBAMA não é hierarquicamente subordinado ao ministro de Estado do meio ambiente.
- 38 O diretor de um órgão do IBAMA somente pode revogar atos praticados por seus subordinados quando esses atos são praticados em clara desobediência a preceitos legais.
- 39 Configura exercício de poder de polícia administrativa a fiscalização realizada legalmente por agentes do IBAMA acerca de atividades de captura de mamíferos marinhos ameaçados de extinção.
- 40 O presidente da República tem competência para, mediante decreto, criar e extinguir empregos públicos no IBAMA.



Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do MMA, cujo URL é <http://www.mma.gov.br>, para obter informações acerca das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Após algumas operações nesse sítio, o usuário obteve a página Web ilustrada na figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 6. Acerca do Internet Explorer 6 e de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens a seguir, considerando a figura mostrada.

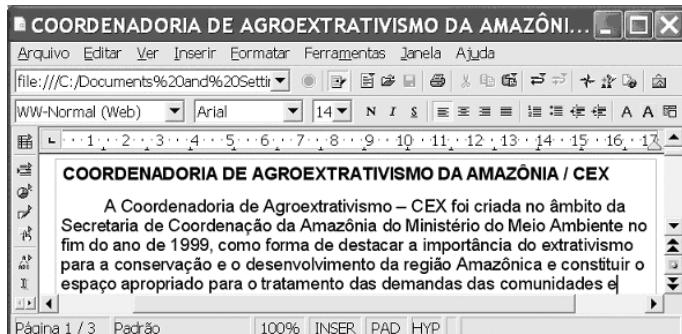
- 41 Para que o acesso à Internet descrito acima ocorresse, foi necessário instalar, no computador do usuário, um *modem*, cujo número de série define o número IP que permite que informações relacionadas a páginas Web possam chegar corretamente até o computador.
- 42 Figuras disponíveis na página Web mostrada podem ser copiadas para o *winchester* do computador a partir do qual o acesso descrito acima foi realizado.
- 43 Caso o usuário instale um *firewall* no seu computador, ele passará a contar com recursos que podem aumentar a sua segurança contra alguns tipos de ataques por vírus de computador.
- 44 Ao clicar o botão , o usuário poderá ajustar o tamanho da fonte utilizada na página mostrada, bem como realizar um *zoom* sobre as figuras e ícones mostrados na página Web.
- 45 Caso o acesso à Internet descrito acima tenha sido realizado por meio de uma rede ADSL, ao se clicar o botão , o computador será conectado à Internet também por meio de uma rede *dial-up*, caso o computador disponha de uma placa de *fax/modem*. O acesso conjunto por meio das redes ADSL e *dial-up* permite um aumento da taxa de transmissão tanto de *upload* quanto de *download* de informações da Internet, taxa que vem atingindo valores da ordem de 256 kbps.



Com o auxílio da figura acima, que mostra parte da janela de um aplicativo do Microsoft Office, julgue os itens subsequentes, no que se refere ao Microsoft Office.

- 46 Em qualquer programa do Office, para copiar um item na área de transferência, é suficiente selecionar o item que se deseja copiar e clicar *Copiar* no menu Editar.
- 47 Para se adicionar um atalho para um documento, é suficiente clicar *Abrir* no menu Ferramentas; selecionar o documento para o qual se deseja criar o atalho; clicar Inserir e, em seguida, clicar *Adicionar a favoritos*.
- 48 No aplicativo Word, para selecionar todo um documento em edição, é suficiente posicionar o ponteiro do *mouse* no início do documento; clicar o botão direito do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; e liberar a tecla .
- 49 No aplicativo Excel, considerando que as células de A1 a A4 contêm valores numéricos, ao se digitar $=MÉDIA(A1;A2;A3;A4)$ na célula B2 e, a seguir, teclar , será exibido, na célula B2, o valor correspondente à média aritmética dos conteúdos das células de A1 a A4.
- 50 O Excel disponibiliza uma ferramenta que permite a classificação crescente de células selecionadas em uma das seguintes formas: a partir da primeira letra do alfabeto, do menor número ou da data mais antiga.

- 51 Como auxílio para a criação de novas apresentações, o PowerPoint disponibiliza modelos de estrutura que contêm esquemas de cores, *slides* e títulos mestre com a formatação personalizada e fontes estruturadas para uma determinada aparência.
- 52 No aplicativo PowerPoint, por meio do *slide* denominado *slide* secundário, é possível adicionar ou alterar as informações do cabeçalho e do rodapé que aparecem em todos os folhetos.



A figura acima mostra uma janela da ferramenta Writer, do OpenOffice 1.0.3, com um texto que está sendo editado por um usuário. Com relação a essa janela e ao OpenOffice 1.0.3, julgue os itens seguintes.

- 53 Está sendo exibida na janela do OpenOffice a página 1 do documento mostrado. Para exibir a página 2 desse mesmo documento é suficiente clicar .
- 54 Para abrir um novo documento em branco, é suficiente clicar .
- 55 Com o auxílio do botão , é possível criar e editar *hyperlinks*.

O encontro foi inédito e reuniu pelo menos 120 técnicos e pensadores em uma rede voluntária internacional de ambientalistas que discutiram alternativas e políticas que possam cooperar no desenvolvimento de projetos ecologicamente sustentáveis. Falaram sobre agroecologia, energias limpas e renováveis e educação para a sustentabilidade.

Promovido pelo MMA em parceria com o físico e teórico de sistemas Fritjof Capra, o Instituto Ecoar para a Cidadania e o Programa Brasil Sustentável e Democrático, o seminário **Diálogos para um Brasil Sustentável** poderá influenciar o conjunto do governo na elaboração de políticas públicas que levem à sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, admitiu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O documento final do seminário vai servir ainda de subsídio à 1.ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e será entregue ao governo brasileiro e ao diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Klaus Töpfer.

Ana Diniz. **Diálogos para um Brasil sustentável**. In: *JB Ecológico*, ano 2, n.º 20, 21/9/2003, p. 18-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os diversos aspectos concernentes à temática ambiental no Brasil e no mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 56 Con quanto se saiba que a relação dos homens com a natureza acompanha a trajetória das sociedades ao longo da História, não há dúvida de que o processo evolutivo da economia contemporânea, especialmente a partir da Revolução Industrial, correspondeu a uma monumental ampliação da capacidade de produzir e à expansão de um sistema econômico fundamentalmente voltado para a produção de bens e para o capital.

- 57 O desenvolvimento de uma mentalidade ambientalista, a partir de meados do século XX, especialmente em suas três últimas décadas, foi decisivo para o surgimento de novos conceitos e idéias, os quais, de maneira geral, postulam uma nova e mais ampla concepção de desenvolvimento — o sustentável — em que interagem aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

- 58 Uma das marcas características da sociedade contemporânea é a crescente importância das organizações não-governamentais (ONGs), em larga medida impulsionadoras de ações que os Estados se vêem obrigados a realizar, como acontece, por exemplo, na área ambiental. No Brasil, contudo, uma legislação considerada cerceadora e remanescente do chamado “entulho autoritário”, praticamente impede o trabalho dessas organizações.

- 59 Ainda que possam divergir pontualmente, os ambientalistas, em geral, defendem o investimento em políticas públicas comprometidas com a superação da miséria e com a mudança nos padrões de produção e de consumo, consideradas essenciais para um real desenvolvimento sustentável.

- 60 Energia limpa e renovável, o petróleo continua sendo o motor da industrialização contemporânea, embora, no seu conjunto, a economia globalizada dos dias de hoje não se ressinta tanto de sua escassez. Todavia, o peso específico que ainda tem em relação a determinadas atividades econômicas faz que a principal área de produção petrolífera do mundo, o Oriente Médio, permaneça como foco de tensões e de disputas por seu controle.

- 61 Relativamente ao setor agrícola, técnicos, ambientalistas e autoridades governamentais, em geral, defendem atualmente a adoção de um “capitalismo verde”, ou seja, o combate tanto às fazendas familiares, que pouco produzem, quanto ao agronegócio e às demais expressões de mentalidade empresarial no campo como forma de preservar os recursos naturais.

- 62 A conhecida expressão “a ONU que dá certo” remete à idéia de que a Organização das Nações Unidas (ONU), muitas vezes impedida de agir em graves situações mundiais em face das injunções e dos interesses que envolvem as grandes potências, consegue bons resultados em sua atuação em outros campos, a exemplo da educação, da cultura, da proteção à infância e da defesa do meio ambiente.
- 63 Órgão integrante da administração federal direta, o MMA é responsável, entre outras atividades, pela política nacional do meio ambiente e pela política nacional de recursos hídricos, além das políticas para a integração do meio ambiente e da produção.
- 64 A recente medida provisória editada pelo Poder Executivo, tratando da liberação do plantio de sementes transgênicas no território brasileiro, explicitou divergências de pontos de vista entre os vários interesses e áreas do conhecimento acerca do assunto.
- 65 Com parcos recursos naturais e detentor de uma biodiversidade relativamente modesta, o Brasil tem chamado a atenção da comunidade internacional por seus esforços para implantar uma política nacional de meio ambiente responsável e integrada, presente nas mais diversas ações governamentais.
- Acerca da estrutura regimental do MMA, julgue os itens a seguir.
- 66 Compete à Secretaria-Executiva do MMA assistir ao ministro de Estado na supervisão das atividades do IBAMA.
- 67 Compete ao secretário-executivo elaborar o plano de ação global do Ministério e submetê-lo à apreciação do ministro de Estado.
- 68 Compete à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) definir estratégias para a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.
- 69 A SRH exerce a função de secretaria-executiva da Agência Nacional de Águas (ANA).
- 70 O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) não é autarquia vinculada ao MMA.
- 71 A Consultoria Jurídica (CONJUR) é um órgão da Advocacia-Geral da União.
- 72 Os atos que reconhecem a inexigibilidade de licitação devem ser previamente examinados pela CONJUR.
- 73 A proposição de políticas relacionadas aos organismos geneticamente modificados é de competência exclusiva da Subsecretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS).
- 74 Compete à Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) a realização dos estudos relativos à contabilidade e à valoração econômica de recursos naturais.
- 75 O secretário de biodiversidade e florestas não é a autoridade do MMA competente para coordenar o processo de captação de recursos de fontes internacionais para a realização de projetos de conservação da biodiversidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Introduzidas no ordenamento jurídico pela Constituição da República de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente sobre a matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 76 É vedada a destinação de recursos a entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorização em lei específica ou destinada a entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública federal, de programas e ações prioritários que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.
- 77 É vedada a destinação de recursos a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam cadastradas junto ao MMA, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras.
- 78 São transferências voluntárias as descentralizações de recursos a estados, Distrito Federal (DF) e municípios que se destinem à realização de ações cuja competência seja exclusiva da União ou que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para a União.
- 79 Cada ministério manterá na Internet relação atualizada dos entes que apresentarem motivos de suspensão ou impedimento de transferências voluntárias.
- 80 Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, para as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, devem ser indicadas as respectivas leis que definiram encargo inferior ao custo de captação.
- 81 São vedadas as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 82 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional somente na segunda quinzena de maio e na primeira quinzena de outubro.
- 83 Devem acompanhar os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre o atingimento dos indicadores dos programas de governo.

A Lei n.º 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, estados, DF e municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, modalidade de licitação denominada pregão. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes, tendo como base a lei supracitada.

- 84 É vedado adotar a modalidade de pregão para a realização de compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- 85 O pregão poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.
- 86 Será facultada, nos termos de regulamentos próprios da União, estados, DF e municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão.
- 87 A autoridade competente designará, entre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- 88 As funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não podem ser desempenhadas por militares, em face de incompatibilidade com o respectivo estatuto profissional.
- 89 No pregão, qualquer que seja o valor estimado da contratação, a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, vedada sua utilização na contratação de serviços de transporte de valores e de segurança privada e bancária.

Os requisitos básicos para investidura em cargo público no Governo Federal incluem

- 90 a nacionalidade brasileira.
- 91 o gozo dos direitos políticos.
- 92 a quitação com as obrigações militares e eleitorais, exceto no caso de menores de 18 anos de idade.
- 93 o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- 94 o perfil psicológico adequado ao cargo.

A Lei n.º 9.637/1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades nela mencionados e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Para que as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, habilitem-se à qualificação de organização social, é necessário comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo acerca

- 95 da natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação.
- 96 da finalidade lucrativa vinculada à obrigatoriedade de investimento de 50% de seus lucros financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.
- 97 da constituição como órgãos de deliberação superior e de direção, de um conselho de administração e de uma diretoria, definidos nos termos do estatuto e asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas em lei.
- 98 de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- 99 da composição e das atribuições da diretoria.
- 100 da obrigatoriedade de publicação anual, via Internet, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- 101 da aceitação de novos associados, no caso de associação civil, na forma do estatuto.
- 102 de regras para a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- 103 de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

A Lei n.º 9.790/1999 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), institui e disciplina o termo de parceria. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem, tendo como base a Lei n.º 9.790/1999.

- 104** Podem qualificar-se como OSCIP quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, desde que sem fins lucrativos.
- 105** É vedada a participação de servidores públicos na composição de conselho de OSCIP.
- 106** Perde-se a qualificação de OSCIP a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual sejam assegurados ampla defesa e o devido contraditório.
- 107** Vedado o anonimato e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer partido político, associação ou sindicato, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de uma OSCIP.
- 108** Termo de parceria — instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP — é destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- 109** Os responsáveis pela fiscalização do termo de parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, devem dar imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.
- 110** O Ministério Público da União permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às OSCIP.

Com base nas disposições da Lei n.º 9.605/1998, relativas aos ilícitos contra a fauna, julgue os itens a seguir.

- 111** A guarda de espécimes da fauna silvestre constitui infração administrativa, configurando também crime, desde que fique caracterizada sua destinação comercial.
- 112** A manutenção de animais silvestres em cativeiro com base em licença de órgão ambiental não configura o tipo penal, ainda que a outorga decorra de autoridade legalmente incompetente.
- 113** A condenação por crime contra a flora exclui a possibilidade de indenização pelo dano ambiental causado, em razão da impossibilidade legal de dupla apenação com base no mesmo fato (*non bis in idem*).
- 114** A mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, para fins de investigação científica, constitui crime, salvo se não existirem recursos alternativos para a realização do objeto da pesquisa.
- 115** A caracterização do crime de pesca proibida depende de ato administrativo editado pelo órgão ambiental competente, disciplinando os períodos proibidos ou os locais interditados para essa atividade.

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes ambientais e à promoção de responsabilidade penal.

- 116** O tipo do crime de poluição previsto no art. 54 da Lei n.º 9.605/1998 se corporifica quando a atividade poluidora alcança níveis tais que causem ou possam causar danos à saúde humana ou provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, ainda que o empreendimento esteja autorizado pela administração.
- 117** O ato de ingressar em unidade de conservação portando instrumento próprio para caça, sem licença da autoridade, configura tentativa de crime, cuja consumação depende da ocorrência de efetivo resultado lesivo ao meio ambiente.

Comparando o tipo penal do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998 — provocar incêndio em mata ou floresta — com a contravenção penal prevista no art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965 — fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas —, julgue os itens que se seguem.

- 118** A figura delitiva do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998, por ser mais ampla, sempre englobará a conduta prevista no art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965.
- 119** Uma queimada que se torna descontrolada, assumindo a proporção de um incêndio florestal, constitui uma conduta delitiva prevista no art. 41 da Lei n.º 9.605/1998.
- 120** A norma do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998 é posterior à regra do art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965, operando-se a revogação tácita, razão por que o indivíduo é punido apenas com base naquele artigo da Lei n.º 9.605/1998.

Tendo em vista o capítulo do meio ambiente na Constituição da República de 1988, julgue os itens seguintes.

- 121** A Constituição consagra o princípio da eqüidade intergeracional reconhecendo a importância do equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações.
- 122** Em se tratando de dano ambiental causado por pessoa jurídica, a Constituição admite a responsabilização penal, independentemente da obrigação de reparação.
- 123** O dever de defender e preservar o meio ambiente saudável incumbe primacialmente ao poder público e subsidiariamente à comunidade, à qual compete exigir de seus governantes a adoção de políticas públicas eficazes para a adequada proteção ambiental.

124 A floresta Amazônica brasileira está legalmente definida como patrimônio nacional, sendo, pois, bem público pertencente à União, devendo ser assegurado o seu uso sustentado.

125 A Constituição da República consagra a responsabilidade civil objetiva para os casos de danos decorrentes de exploração mineral.

126 A Constituição autoriza o poder público a instituir unidades de conservação em todo o território nacional, as quais se submetem a regime especial de fruição e de modificabilidade.

Acerca do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC), julgue os itens a seguir.

127 A presença de populações tradicionais em quaisquer unidades de conservação acarreta o dever do Estado de removê-las e indenizar suas benfeitorias, em prol da preservação dos atributos naturais que justificaram a criação da unidade.

128 A reserva biológica é uma unidade de conservação de proteção integral, podendo ser instituída em áreas pertencentes a particulares, as quais, neste caso, deverão ser desapropriadas.

129 Por se tratar de área privada e com ônus de perpetuidade, a reserva particular do patrimônio natural só pode ser instituída em caso de expressa manifestação de vontade do proprietário, mas a criação dessa unidade de conservação sempre dependerá da constatação, pelo órgão ambiental, de interesse público na conservação da diversidade biológica.

Em relação ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental, julgue os seguintes itens.

130 O licenciamento ambiental nem sempre dependerá de estudo de impacto ambiental, mas quando exigível, caberá ao poder público velar por sua publicidade, de modo a assegurar a aplicação do princípio da participação comunitária.

131 Sendo comum a competência para proteger o meio ambiente, nos termos da Constituição da República (art. 23, VI), ao legislador infraconstitucional é proibido repartir as atribuições nessa área entre os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, os quais deverão atuar sempre em parceria.

132 A outorga de licença de operação pelo órgão competente, após estudo de impacto ambiental, gera direito adquirido ao desempenho da atividade pelo empreendedor, no prazo nela previsto, sendo vedado à administração revogá-la.

133 A remuneração dos técnicos contratados pelo empreendedor para elaboração de EIA/RIMA é custeada com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, tendo em vista o interesse público que norteia tal atividade.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos recursos hídricos.

134 Como diretriz da política nacional dos recursos hídricos, a gestão das águas é feita de forma centralizada pelo poder público, haja vista a necessidade de ser melhor controlada a crescente escassez desse bem.

135 As águas subterrâneas são de domínio público federal, constituindo infração a perfuração de poços sem a devida autorização.

136 Apesar de ser de domínio público, o uso da água nem sempre dependerá de outorga do poder público.

Em relação às áreas de preservação permanente, julgue os itens subseqüentes.

137 A supressão de vegetação em área de preservação permanente só pode ser autorizada em caso de utilidade pública e desde que inexista alternativa técnica locacional ao empreendimento proposto. A supressão dependerá, obrigatoriamente, de estudo de impacto ambiental circunstanciado, com proposta de medidas mitigadoras ou compensatórias.

138 As áreas de preservação permanente podem estar inseridas em bens de domínio público ou particular, atuando, neste último caso, como limitação intrínseca ao direito de propriedade.

139 A vegetação existente no entorno de reservatórios artificiais não está sujeita a regime de preservação permanente, em razão do caráter não-natural dessa acumulação de água.

140 Nos termos da Lei n.º 4.771/1965, há duas categorias de áreas de preservação permanente: uma que é criada diretamente pelo Código Florestal e outra que depende ainda de declaração formal da administração.

São apresentados abaixo trechos do Edital n.º 2/2002, do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) referentes às características obrigatórias dos projetos que concorreram à chamada II — Implantação de Planos de Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha.

“Os projetos devem:

- (...)
- c) desenvolver estratégias para gestão e uso sustentável dos recursos naturais;
 - d) estabelecer parcerias, envolvendo todos os usuários diretos dos recursos pesqueiros para aquela área, podendo ser exceção os consumidores. Em áreas onde há conflito de uso entre usuários diretos e indiretos, os usuários indiretos também deverão ser envolvidos no processo de gestão;
 - e) prever a formação de uma instância participativa de discussão dos problemas ambientais e pesqueiros, com representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros, visando desencadear o processo de mobilização social para a cobrança às instâncias responsáveis pela resolução dos problemas relacionados ao uso dos recursos pesqueiros;
 - f) prever a capacitação das comunidades e dos técnicos envolvidos, visando sua participação no processo de gestão participativa.”

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca de políticas públicas na área ambiental.

- 141** O edital acima está inserido no contexto da política de financiamento de projetos por meio de demanda espontânea, uma das formas de atuação do FNMA.
- 142** A essência desse edital se encontra referenciada nos compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio'92).
- 143** O conceito de sustentabilidade, que subjaz ao edital, não integrava o vocabulário corrente da Conferência de Estocolmo em 1972, mas foi largamente empregado durante a Rio'92, consolidando-se no final do século passado como um termo de grande aceitação.
- 144** O edital é expressão de uma política pública voltada para a inclusão social, comprometida com o empoderamento de comunidades.
- 145** Em relação a políticas públicas, os projetos com maior número de parceiros institucionais devem ser melhor pontuados, por expressarem justamente a capacidade de articulação e de mobilização na região.

Os projetos submetidos a apreciação, nos termos do Edital n.º 2/2002, do FNMA, foram avaliados pela qualidade do projeto, pela qualificação da instituição proponente e seus parceiros e em função das estratégias relacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Especificamente neste quesito, o referido edital avaliava se o projeto apresentava “articulação e compatibilização com outros programas ou projetos, em nível federal, estadual ou municipal, que considerem a gestão das zonas costeira e(ou) marinha e(ou) contenham estratégias para conservação da biodiversidade aquática” e se estava situado em área de extrema importância biológica, insuficientemente conhecida, ou de alta importância biológica, conforme o documento Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha, do MMA (2002). O período de recebimento dos projetos foi de novembro de 2002, quando foi lançado o edital, até 17/4/2003.

A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 146** O edital evidencia desarticulação entre políticas de governo, segmentadas em setores específicos e não-comunicantes entre si da pasta ministerial.
- 147** A decisão pela aprovação final dos projetos no âmbito do referido edital foi tomada por um corpo técnico-científico qualificado, o que confere caráter eminentemente técnico a esse processo no FNMA.
- 148** O FNMA, na condição de fundo setorial do meio ambiente, privilegia os projetos na área costeira em razão do recebimento de *royalties* relativos à venda de petróleo.
- 149** O IBAMA, por ser órgão de governo, não pode ser proponente nem instituição parceira em projetos submetidos ao FNMA.
- A orientação estratégica do governo para o PPA 2004-2007 contém o megaobjetivo II: crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais. Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.
- 150** O megaobjetivo mencionado prevê melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.